

É já hoje seguro que a democratização constitui uma necessidade para os sistemas políticos africanos e a saída adequada para as crises políticas, económicas e sociais que enfrentam vários países. Porém, é também certo que em situações idênticas, foram encontradas saídas diferentes através de golpes de estado, de revoluções ou da guerra civil.

Todos conhecemos a história contemporânea dos nossos países e os momentos complexos e difíceis por que passámos. Não vale a pena escamoteá-los. Não é por acaso, que se realiza, em Dakar, ao mesmo tempo, a "Conférence Panfricaine sur la Démocratie e la Maitrise de la Transition en Afrique Noire", cujo objectivo é o de refletir sobre como reduzir os custos humanos e materiais dos processos de democratização no continente e garantir a sua viabilização.

Com efeito, o processo de democratização não será nunca um parto sem dor. Traz, pelo contrário, convulsões políticas e sociais, de maior ou menor intensidade, e tem sempre custos pessoais, humanos e materiais para a sociedade, dependendo do meio socio-político em que se realiza.

Contudo, é indispensável evitar que a mudança de sistema político se traduza no caos e na destruição das bases económicas, o que poderia hipotecar o futuro do processo de democratização e reduzir as possibilidades de consolidação dos seus fundamentos. Trata-se, pois, de pôr de pé instituições políticas e economias eficientes e eficazes.

Assim, a democratização deverá conduzir à modernização das sociedades, dos estados e das economias africanas (dos sistemas políticos, económicos e sociais).

De todo o modo, é fundamental ter presente que a democracia pluralista não deverá ser vista como a panaceia para todos os nossos males. É antes um desafio cujo sucesso exige maturidade política e sentido de estado. Ela traduzir-se-á antes de mais na implantação de sistemas políticos legitimados por eleições justas, identificados social e culturalmente com as sociedades em que se inserem, bem como na criação de condições necessárias a um desenvolvimento económico sustentado que possibilite o bem estar das populações dos respectivos estados.

Uma vez mais a Africa vive um periodo de viragem. A crise de vários dos sistemas políticos africanos é evidente. Verifica-se o esgotamento das possibilidades dos sistemas monopartidários, os quais já não permitem a expressão e a representação dos interesses de todas as forças sociais que integram as sociedades.

A vontade de mudança e o anseio por uma maior participação política são factos indesmentíveis. Para além disso, as sociedades africanas sofreram profundas mutações: há novas forças sociais e novas gerações que aspiram assumir responsabilidades na gestão dos seus países e participar na

construção do futuro, na base da competição política, isto é, num quadro de pluralismo político.

A reflexão serena e a compreensão da história indicam que o caminho é o da facilitação do processo de transição num quadro de compromisso e de garantias políticas negociados entre o poder e as forças de oposição. Porém, não existe um modelo de transição: ela difere de país para país.

O período de transição é geralmente mais longo e completo do que se pode pensar. Ela não se esgota na realização das eleições pluralistas e na institucionalização dos órgãos do poder do estado. A mudança traz consigo instabilidade e insegurança que devem ser geridas com atenção, constituindo tarefa primeira a criação de um ambiente político democrático e "assegurador" baseado no respeito do jogo democrático e na estrita observância dos direitos políticos de todos. O oportunismo, o revanchismo e o imediatismo são altamente prejudiciais à consolidação da democracia e dos seus fundamentos institucionais, políticos e psicológicos.

Sobretudo, é essencial que não se confunda a consolidação do poder, a custa da oposição, com a consolidação do sistema político pluralista.

No período de transição ganham especial relevância o funcionamento eficiente das Assembleias, a garantia da independência dos juizes e dos Tribunais, o controlo jurisdicional da constitucionalidade das leis por um Tribunal constitucional, o controlo dos actos da administração por Tribunais administrativos ou ordinários e, ainda, a existência de um pluralismo autêntico na comunicação social.

A estabilidade de um sistema político baseia-se na sua eficácia económica, na sua representatividade e na sua identificação com os valores morais e culturais da sociedade em que se insere. É precisamente nesse quadro que se interroga sobre a interacção entre a vontade de modernização e os valores tradicionais das sociedades africanas ou, de uma outra maneira, sobre quais as adaptações que a tradição impõe ao processo de modernização ou, ainda, sobre qual deve ser o lugar das instituições tradicionais no funcionamento dos estados modernos africanos. Saberá a Africa inovar nessa matéria, procurando uma síntese entre os valores tradicionais e as concepções modernistas?

Esta é uma questão que não pode ser ignorada quando se pretende reformar sistemas políticos, pois que "em matéria de cultura política todos os sistemas são mistos". Porém, não se está a trabalhar em terreno vírgem; os estados instituídos depois da independência são elementos e experiências que, se

analisados do ponto de vista da legitimidade, da interacção com os meios socio-culturais e da eficiência e eficácia, poderão contribuir para a resposta.

Importa não perder de vista que os processos políticos africanos têm uma história. E é nessa experiência, no seu estudo e na sua avaliação crítica, que se pode encontrar respostas para os problemas, vias e formas para a construção de um sistema democrático pluralista e de um estado democrático e eficaz.

O período pós-independência não se resume a um somatório de erros e de crimes. Trata-se de um ciclo histórico que merece estudo e valoração serena e desapaixionada a fim de que dele sejam tiradas lições positivas e negativas, e se ergam barreiras que tornem irreversíveis os processos políticos em curso.

A história é tal como é, não pode ser nem corrigida nem refeita. Ela possibilita o entendimento do passado e a construção do futuro. Nisso está o seu valor e a sua força, sendo certo que ignorar esse valor e essa força equivaleria a um gravíssimo erro que as nossas gerações políticas não podem dar-se ao luxo de cometer. É do interesse nacional que sejam lúcidamente combatidas as tentações de re-escrever a história.

Por outro lado, a influência externa, embora necessária, não poderá servir de motor principal para a democratização/modernização nem substituir uma forte vontade interna assumida por partidos políticos e apoiada por uma base social suficiente.

Em nossa opinião, existem algumas linhas de força que imperativamente devem ser consideradas na construção desse novo futuro em Africa. Em primeiro lugar, na construção do novo poder devem ser tidos em conta a diversidade étnica e cultural e os interesses regionais, permitindo assim a representação de todos e a sua identificação com o sistema político, não havendo lugar para excluídos por razões políticas, étnicas, culturais ou religiosas.

Por outro lado, o respeito dos direitos da oposição e a protecção das minorias são elementos que fortalecem o sistema, na medida em que reduzem as tensões e facilitam a participação política.

A descentralização do poder é outra necessidade. Ela alarga os espaços públicos de participação política e permite aos cidadãos intervir na formação de decisões, especialmente nas que lhes dizem respeito, o que dá conteúdo útil e efectivo a um indispensável espaço de identificação com o poder. Por este caminho estaremos face a um poder democrático, descentralizado, pluralista e participado. Urge,

com efeito, construir em Africa uma viva e vivificante experiência de participação no poder.

Aos partidos políticos, por sua vez, cabe um papel fundamental na construção do estado de direito democrático e na consolidação das bases do pluralismo político. Para além disso, desempenham um papel essencial no desenvolvimento de uma cultura democrática e pluralista e na estruturação de novas normas de comportamento, sem esquecer o seu desempenho na formação e na manutenção das instituições democráticas.

A verdade é que não haverá democracia pluralista se não houver partidos políticos autênticos em Africa. Eles são elementos dinâmicos dos movimentos políticos nos seus diversos momentos históricos. O estudo da história dos partidos políticos africanos permitir-nos-ia o conhecimento da sua natureza e da sua praxis e a identificação dos bloqueios e resistências à afirmação de partidos políticos autênticos no continente. De novo, surge a questão da influência do meio socio-cultural: que modelo organizacional? que prática social?

De todas as formas, o fortalecimento dos partidos políticos passa pela existência de democracia no seu seio, por uma real e descomplexada política estatal de dignificação dos partidos, bem como por um estatuto político que lhes

permita a obtenção de recursos suficientes e transparentes para o seu funcionamento.

A participação popular é, do nosso ponto de vista, um outro aspecto importante. Pensamos que, a fim de alargar os espaços políticos e superar as fraquezas dos sistemas partidários, seria do maior interesse a institucionalização de mecanismo de participação popular, definindo um quadro através do qual os cidadãos ou as organizações sociais e profissionais poderiam participar na elaboração, implementação e controlo da execução de certas políticas, especialmente aquelas de directo impacto comunitário ou sectorial.

Acima de tudo, é necessário ter sempre presente, neste ponto de viragem histórica em que nos encontramos, que a democracia constroi-se no quotidiano. Ela exige tolerância face as diferenças de opinião e perseverança face à impaciência de uns e ao cepticismo de outros. A existência de um clima político que favoreça o diálogo, o compromisso político e a confiança mútua desempenha um papel facilitador da consolidação do sistema pluralista. Em contrapartida, atitudes revanchistas e medidas precipitadas e imediatistas só podem abrir caminho a crises nos processos de democratização. E, importa não esquecer-lo, crise é o que devemos evitar, sendo embora certa a delicadeza da fase que

atravessamos. A governabilidade da transição é o grande desafio lançado à classe política africana; e um desafio que deve ser ganho, a bem das nossas populações já longamente sofredoras. Impõe-se primeiramente uma efectiva maturidade política: para olhar para lá do contingencial e gerir as euforias, para preveligiar o que une em detrimento dos desacordos as vezes meramente por equívoco, para, em suma, defender o interesse nacional na base de um agudo sentido de estado.

Minhas senhoras e meus senhores,

Caros amigos,

Entendo o nosso encontro como uma forma de solidariedade entre partidos políticos amigos, uma via para a vulgarização dos nossos ideais e uma forma de cooperação e interajuda, pensando e re-criando juntos. Isso é prometedor e encorajante.

Neste mundo cada vez mais uno e interdependente, as ideias e os valores universais não têm fronteiras e as esperanças são indivisíveis.

Desejo os melhores sucessos aos nossos trabalhos.

Muito obrigado.